

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA: UMA ANÁLISE DO CONCEITO

Christian Oliveira Bernardo¹

RESUMO

O trabalho em questão apresenta o desenvolvimento do conceito de representação política para a Antropologia. O conceito tem ampla abordagem na Ciência e Teoria Política; o que não acontece na Antropologia, ainda que apareça com frequência nas análises etnográficas da política. Tal temática surgiu da inquietação causada por leituras de etnografias da Antropologia da Política praticada em um levantamento bibliográfico para uma pesquisa vinculada ao Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Juiz de Fora. O nosso esforço será o de buscar os conceitos que aparecem em torno da representação política nos trabalhos antropológicos, compreendendo o lugar da representação na elaboração Antropológica da Política no último decênio do século XX e na primeira década do século XXI. Para isso, nos será necessário um traço de interdisciplinaridade, primeiro, entendendo o conceito na teoria e na Ciência Política para finalmente adentrarmos em trabalhos antropológicos. Perpassando pelo desenvolvimento do conceito em teóricos e cientistas políticos como Bernard Manin (1995) e Hanna Pitkin (1972). A partir disso será possível observar os trabalhos etnográficos como os de Karina Kuschnir (2000a; 2000b) e Marcos Otávio Bezerra (1999) que tratam sobre o tema ainda que indiretamente.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia; Antropologia da Política; Representação Política.

¹Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: chrisobernardo@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de *representação política* possui uma história de desenvolvimento em áreas como a Ciência, a Teoria e a Filosofia Política. Justamente pela categorização das noções de governos e democracias representativas, o tema dispõe de definições bem aprofundadas em tais áreas. No que tange respeito à Antropologia, seu interesse pela política não é, de um todo, recente. Noções de política, Estado e estruturas sociais aparecem já nos trabalhos providos da Escola Funcionalista Inglesa, por exemplo. Contudo, visto a fragmentação da área em subáreas que nos fazem distinguir entre Antropologia Clássica e aquela que é feita mais recentemente, temas mais específicos às questões políticas acerca dos Estados-nações e suas estruturas começaram a surgir. Mesmo assim, ainda resguardada das tradições clássicas, o interesse pela política ainda era restrito às análises de campos de pesquisas de outras estruturas políticas, que não das noções de políticas de onde esses antropólogos tinham origem. Já no final do século XX, o interesse pelas questões políticas, envoltas pelos processos de redemocratização, parece ter ganhado força. No Brasil, a produção do tema na Antropologia acarretou diversos estudos e, conseqüentemente, a criação de núcleos de pesquisa como o *Núcleo de Antropologia da Política* (NuAP), ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pesquisadores adentrados no assunto e tema da política, fazendo desta um campo de pesquisa. Com isso, desvendam novos escopos temáticos tanto no que é a política quanto no fazer político.

Em um primeiro momento, é preciso sinalizar que na ânsia por compreender o que é a *representação política* e o desenvolvimento conceitual do tema na Antropologia brasileira, tentaremos levantar, com base em etnografias que se aproximam da temática, quais os signos com os quais ela se relaciona dentro da subárea da Antropologia que trata sobre as instâncias burocráticas, governamentais e de poder. Uma vez que o conceito tem ampla abordagem na Ciência e na Teoria Política, com uma grandiosa literatura a respeito, é preciso elaborar aqui uma transição interdisciplinar dos conceitos já empreendidos e as possibilidades existentes de seu uso na Antropologia. Neste sentido, é necessário salientar que a análise de etnografias aqui não apenas nos dá o parâmetro da pesquisa e do desenvolvimento do trabalho, como faz desta, uma possibilidade de se pensar o tema a partir do olhar antropológico — que, de certo, é nossa intenção.

As etnografias usadas como base para o trabalho fazem parte dos estudos em

Antropologia da Política no Brasil. Justamente com leituras empreendidas de tais trabalhos tive as primeiras dúvidas e elucubrações sobre a temática a ser desenvolvida. A partir do segundo semestre de 2015 tive a oportunidade de adentrar em um projeto de pesquisa chamado “Políticas do/no corpo: Cultura, cidadania e produção de conhecimento”, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tal projeto tinha por iniciativa analisar toda produção acadêmica em duas das maiores subáreas da Antropologia: Antropologia da Saúde e Antropologia da Política. Tais análises foram retratadas do período que corresponde de 2004 a 2014. Uma imensa base de dados e muitos questionamentos em torno das duas subáreas foram levantados. No meu caso, imbuído de pesquisar sobre a Antropologia da Política, tive bons ensejos de compreender os métodos etnográficos, as objeções e o desenvolvimento do tema dentro do decênio analisado.

Contudo, uma coisa me marcou nas leituras de etnografias do tema e me chamou atenção, a questão da representação política estava quase sempre presente, entretanto, raramente se era aprofundada as reflexões em torno dela. Sobreveio a mim as indagações: *O que é a representação política para a antropologia? E qual o lugar da representação nas análises sobre política na Antropologia da Política?* Uma vez que o conceito é bem explanado e destrinchado pela Ciência e pela Teoria Política, *quais poderiam vir a ser as aproximações e os distanciamentos das áreas no que se refere ao tema?* Tais questionamentos nos trazem até o presente trabalho, é justamente na tentativa de respondê-los que este trabalho é feito.

2. UMA BREVE E JUSTA COLOCAÇÃO

Primeiramente, vale entender — como forma de nos localizarmos sobre o tema, e ter um parâmetro de comparação e compreensão — de onde vem as formas mais elaboradas do conceito aqui tratado. Portanto, cabe aqui uma justa, apesar de breve, colocação sobre a representação política na Teoria e na Ciência Política. Desta forma poderemos ter uma noção do desenvolvimento do conceito em relação com as duas áreas de conhecimentos aqui empreendidas, e posteriormente termos um parâmetro básico para o desenvolvimento do tema na Antropologia.

A partir da primeira metade do século XX, quando a Ciência Política começou a ser formulada e tomar espaço nas Academias (sobretudo nos Estados Unidos) como disciplina bem desenvolvida, deixando de ser apenas um termômetro

das questões políticas efervescentes e se efetivando como um departamento acadêmico de relevância, algumas temáticas começaram a se efetivar como instrumentos da investigação acadêmica da Ciência Política. Temas como o sufrágio, as estruturas de governo e a democracia ganharam espaço para análises mais aprofundadas, abrindo caminho para o desenvolvimento de conceitos que aparentavam pouca utilidade para exames tão concretos da política e de suas estruturas. Isso sugere olhar para o Estado não sendo apenas uma ferramenta do próprio, mas sendo um veículo de compreensão e análise crítica das estruturas governamentais.

Dito isto, apesar de ser justamente nesse contexto que os conceitos começaram a ser elaborados, o conceito de representação política pode ser encontrado em princípios bem mais longínquos. É o caso de haver, no século XVII, nas noções de Teoria e Filosofia Política hobbesiana seus primeiros alvitramentos. Ainda que não fosse a representação aqui aquela das análises concretas da Ciência Política, Hobbes destaca o valor simbólico da representação com relação ao ato de uma pessoa representar um número grande de pessoas. É neste sentido, a respeito do desenvolvimento do conceito em correlação às imbricações políticas, que Hobbes diz:

Uma multidão de homens é transformada em uma pessoa quando é representada por um só homem ou uma só pessoa, de maneira que tal seja feito com o consentimento de cada um dos que constituem essa multidão. Porque é a unidade do representante, e não a unidade do representado, que faz com que a pessoa seja uma. E é o representante o portador da pessoa, e só de uma pessoa. Esta é a única maneira pela qual é possível entender a unidade de uma multidão (HOBBS, 2014, p. 137).

Para Hobbes, portanto, o ato de representar é estático à pessoa do representante. Nesse sentido, os representados só existem como tal por que há na figura do representante suas vontades implícitas. Ou seja, a representação só é possível e tangível pelo papel desempenhado à pessoa de um representante, quando este toma cargo das vontades e, conseqüentemente, das ações dos representados em sua própria ação para se transformar em uma unidade que representa uma multidão de pessoas.

Assim, a questão da *persona* de Hobbes ganha espaço para se compreender o que é a representação política. Que, segundo visto, doa aptidão ao representante pela

conferência comum da ação de um número de pessoas a possibilidade de unificar os anseios dessa “multidão”, conferindo ao representante a autorização de poder por vias da representação. Sendo assim, a ponto de observação, a representação é baseada na troca de poder — bem como a noção da própria política, como um todo —, assim se fundamenta o ato de ecoar as ações de alguém, como salienta: “[...] cada homem confere a seu representante comum sua própria autoridade em particular, e a cada um pertencem todas as ações praticadas pelo representante, caso lhe haja conferido autoridade sem limites” (HOBBS, 2014, p. 137).

Em primeiro lugar, é preciso entender a representação como uma doação dos reflexos da ação a uma identidade (leia-se, *persona*) próxima, de forma que tal doação está conferida de poder a partir da autoridade dada ao ator (representante) pelo autor (representado). Segundo esses termos, a representação seria uma ferramenta do Estado, em geral, da gestão localizada dos governos representativos.

Partindo para o século XX, destaca-se uma aproximação conceitual em torno das noções de *democracia representativa* e *governo representativo*, desenvolvidas por Bernard Manin em *As Metamorfoses do Governo Representativo* (1995), com a noção da representação política. O autor desenvolve tais conceitos ao retratar um abismo entre governo e sociedade, que se configura com uma crise da representação política no distanciamento entre representantes e representados. Porém, ele diz que isso não se configura, de um todo, como uma crise; e sim como uma mudança nas estruturas dos modelos de representação. Segundo ele, as opiniões democratas sobre a representação até meados do século XX, referiam-se a ela como sendo fundamentada na relação de confiabilidade entre eleitores e partidos. Entretanto, isso acabou sendo perdido com várias mudanças eleitorais e partidárias nas diversas democracias existentes, tanto as mais antigas do ocidente, quanto as mais novas. A representação acabou sendo transformada em uma ação indireta através de pesquisas de opinião pública que tendenciavam as opiniões dos políticos eleitos. Já os governos representativos, segundo Manin (1995), podem existir em três modelos: (1) governo representativo de tipo parlamentar, (2) democracia de partido e (3) democracia do público. Todos estes, não fazem uso total das possíveis formas de governo representativo, podendo ser diferentes em determinados países, nos quais os princípios da representação podem coexistir ou não. Os princípios dos governos representativos são estes: 1) os representantes são eleitos pelos governados; 2) os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores; 3) a opinião

pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo; 4) as decisões políticas são tomadas após debate.

Partindo de tais pressupostos, a representação política diz respeito à atividade conjunta entre governo e sociedade, mais especificamente na ativação da sociedade, na figura do cidadão, em relação ao governo. Sobre isso, o autor afirma que “[...] representação diz respeito ao modo de participação dos cidadãos no governo e garante ‘liberdade positiva’. Há, entretanto, um vínculo essencial entre a liberdade de opinião e o papel político do cidadão em um governo representativo” (MANIN, 1995). Segundo essa análise e conceituação formulada pela Ciência Política, a representação é uma forma de outorgação, autorização e doação das ações a partir do sufrágio. Sendo um mecanismo de execução e manutenção do poder governamental em diferentes escalas locais.

Além de Manin (1995), há em *The Concept of Representation* (1972), de Hanna Pitkin, uma tipologia do conceito de representação. Segundo a autora, pode-se dividir a representação em quatro tipos: 1) representação simbólica; 2) representação formalística; 3) representação descritiva; e 4) representação substantiva. O conceito de (1) representação simbólica está baseado na interação entre representantes e representados. Trata-se do envolvimento emocional e afetivo do representado para com o representante. Sendo a representação simbólica traduzida na crença no representante como uma ação involuntária e injustificável. Já a (2) representação formalística está baseada na autorização conferida ao representante para representar, assim como visto anteriormente. Ela também se refere ao processo de responsividade, de prestação de contas dos representantes, na Ciência Política conhecido como *accountability*. A (3) representação descritiva diz respeito a uma relação bem próxima entre representantes e representados, podendo ser chamada de representação espelho ou microcós mica. Dando a ideia de que o representante possibilita um microcosmo do público representado. A (4) representação substantiva sugere um distanciamento na intimidade entre representantes e representados, conferindo maior liberdade aos representantes. Ainda que as ações devam convergir, os representantes podem dizer não às vontades dos representados.

Hanna Pitkin parece tender mais às noções de representação *substantiva*, uma vez que esta parece salientar a concepção de uma política serena e propícia às liberdades de ação. Mas, o que nos chama atenção aqui são os conceitos de representação *simbólica* e *descritiva*. As quais a autora diz:

[...] quando a ideia de representação simbólica é aplicada à política, ela tende a concentrar atenção na atividade dos líderes políticos que criaram carisma, intensificaram a crença, estimularam reações irracionais e afetivas nas pessoas. Ao contrário da criação da representação descritiva, a criação de um símbolo requer que se trabalhe a mente da audiência mais do que o próprio símbolo; e, na política, isso geralmente significa trabalhar a mente dos representados. Para esse propósito os apelos irracionais podem ser tão ou talvez ainda mais eficientes que os razoáveis. Se a representação é uma correspondência irracional e existencial entre governantes e governados, então ela pode ser criada e mantida de forma justificável, através do ajustamento de qualquer um dos lados da equação (PITKIN, 1972, p. 17).

Desta forma, é possível destacar o fator simbólico da representação e as relações subjacentes a ela que a mesma produz. Seria possível tratar deste fator simbólico na Antropologia? É possível entender o representante como espelho das ações e das vontades dos representados? Mesmo que de forma breve pode-se ver desenvolvimentos do conceito na Ciência Política, pelas vias da Teoria Política e da Filosofia Política. O conceito se desenrola e encontra sua concepção mais usual na Ciência Política. Contudo, para a antropologia, onde deságua o conceito de representação política?

3. O DISTANCIAMENTO METODOLÓGICO

Nos largos distanciamentos metodológicos que separam a Teoria e a Ciência Política da Antropologia da Política, se encontram conjecturas importantes que ajudam a criar identidades metodológicas que, de certa forma, definem cada uma dessas áreas. Como visto e proposto, a intenção da interdisciplinaridade aqui traz consigo a qualidade metodológica de cada área no que diz respeito à representação. Tal movimento não exclui o afastamento histórico-metodológico entre ambas as áreas. Contudo, é preciso levar em consideração os desdobramentos que o conceito tem onde ele possui maior abordagem para, assim, entendermos as diferentes relações dele na Antropologia. O que nos possibilita dizer que o uso de um conceito que é tão abordado em uma área, pode ganhar proveitos em seus usos em uma área distinta possível. Neste sentido, é preciso entender que não há aqui a intenção de subjugar, criticar ou enaltecer o ideal metodológico de cada área.

Assim, ao olharmos para o conceito de representação política pelo olhar da Teoria e da Ciência Política, foi-nos possível enxergar o desenvolvimento teórico do tema, atrelado, obviamente, ao desenvolvimento teórico das sanções políticas para a área. De um todo, isso não exclui a aspiração empírica da análise: uma análise teórica pode ser feita por mecanismos empíricos. Neste sentido, também entendo que a análise empírica é uma construção teórica. E voltando-nos novamente às questões metodológicas, é preciso entender e aproximar a análise empírica e a teoria existente sobre a representação na Antropologia da Política. Ou seja, levando em consideração que o fazer antropológico é um fazer criativo e elaborador de conceitos fortes e caros a todas as áreas das humanidades, não é possível que se trate da representação política apenas num sentido simbólico, é preciso entender o jogo de signos, de ações, de poder e performance que há por trás desta objeção teórica.

4. POSSIBILIDADES CONCEITUAIS DA REPRESENTAÇÃO NA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA

A Antropologia se vê atenta ao conceito de representação desde os seus primeiros passos nos campos etnográficos. A representação aparece sempre vinculada a estudos sobre religiões. Mas, em Durkheim (1970), a representação parece ganhar seus primeiros contornos na política, uma vez que, o autor apresenta o Estado moderno como um grande construtor e distribuidor de representações para a sociedade, se produzindo como uma realidade para a coletividade que é fomentada por essas representações. Noutro esquema, o autor percebe que a fórmula de compreensão das noções de dualidade humana passara em branco pela crítica. A noção de *homo duplex* expressa bem o desaguar do conceito através do tempo na Antropologia. Tal noção, cunhada por Durkheim, pressupõe que a interação social seja base da caracterização de uma dualidade da vida interior dos indivíduos. Em outras palavras: “há, de um lado, nossa individualidade, e, mais especialmente, nosso corpo que a funda; de outro, tudo aquilo que, em nós, exprime outra coisa que não nós mesmos” (DURKHEIM, 1970, p. 318).

É preciso compreender que a representação aqui se dá em processos bem mais amplos do que aqueles alitrados pelo presente trabalho. Portanto, não cabe aqui a análise durkheimiana de representação. Entretanto, é preciso destacar que a possível inauguração do tema se dá em seus estudos e ignorá-lo seria um equívoco. Ao se tratar de uma proposta muito mais experimental do que primordialmente

e metodologicamente consolidada é preciso exprimir tal relevância. E, desta forma, podemos compreender que a representação durkheimiana nos deixa escopo para a interpretação das confluências mais atuais e específicas, que, no nosso caso, é a política, espaço em que o conceito de representação parece ter tido pouco desenvolvimento (PEIRANO, 1998).

4.1 A representação política no tempo da política

Como visto, a representação durkheimiana se dá na interação com alguém. No que diz respeito à política, de igual forma ela se estabelece. É o que sugere as análises na etnografia de Karina Kuschnir na obra *Eleições e representação no Rio de Janeiro* (2000a). Tal trabalho nos servirá de parâmetro para o entendimento do processo de representação política condicionado a pessoas, a lugares e a interesses. Neste caso é preciso entender o processo eleitoral, a campanha, enfim, o *tempo da política*² como um grande escopo de produção da representação política, sendo este o momento em que ela se desenvolve com mais força de ação e de destaque.

Em um primeiro estágio, Kuschnir (2000a) nos demonstra como os momentos que antecedem o *tempo da política* envolvem a sociedade num plano de corrida por *qual* candidato representa *quem*. A autora destaca que, segundo os candidatos, representar é parte de uma escolha natural feita pela coletividade, é a vontade do coletivo que sugere a representação, como ela explica:

Na visão desses parlamentares, a candidatura é sempre motivada pela vontade de um grupo, e o candidato perfeito é o “representante natural” dessa coletividade. O movimento é *involuntário* e exige dedicação e esforço. O candidato ideal enfrenta a campanha como um *dever*, abrindo mão de sua vida pessoal em nome do grupo (KUSCHNIR, 2000a, p. 17; grifos da autora).

No caso de representar alguém, a iniciativa é sempre tomada a partir de terceiros,

²Segundo pressuposto nativo, existe um certo momento específico no fluxo da vida social que condiz com uma tentativa de circunscrição ou delimitação da abrangência da política por parte da população. Esse momento específico é chamado de *tempo da política*, “período de tempo em que as atividades políticas entram de maneira legítima quase todo o tecido social, em contraponto ao cotidiano da política que parece tender sua abrangência somente às instituições dedicadas ao exercício profissional da política.” (TEIXEIRA; CAVES, 2004, p. 18)

como sugere os candidatos analisados por Kuschnir (2000a), há sempre uma conjunção da interação do candidato com as pessoas a serem representadas. Nesse sentido, é imprescindível não aproximar tais noções ao ideal do *clientelismo* como forma legítima do fazer político nacional (LEAL, 2012). Sendo esta, uma maneira de aproximação, por parte do candidato, das pessoas em uma espécie de *troca* de interesses: o primeiro, interessado nos votos e, os segundos, em pautas pessoais. Tal movimento cria um certo grau de vinculação por parte de eleitores, fazendo com que estes se tornem “o candidato da comunidade”, representando os interesses do local. O grau de aproximação aqui é maior, o que dá ideia de pertencimento ou de fixação de residência na localidade sugerida, criando um sentimento de comunhão de interesses. Como explana Kuschnir:

[...] existe uma ideia básica de que o eleitor é pessoalmente importante para o candidato. Em uma campanha, por exemplo, explica-se que “voto é questão de confiança”, e o eleitor deve “conhecer” o seu candidato. Em outra, adota-se um tom didático, procurando demonstrar que o candidato está em sintonia com o eleitor: “Você pode pensar que não, mas o seu voto é muito importante”. Finalmente, algumas são mais explícitas e, em troca do voto, prometem “gratidão”, “amizade”, “ajuda”, “carinho” e “solidariedade” (KUSCHNIR, 2000a, p. 23).

Esses são os chamados candidatos com perfil de votação concentrada. Como o nome sugere, seus eleitores se concentram em determinadas localizações onde se consegue a representatividade por vias de um interesse coletivo comum, baseado na aproximação, na identificação, no pertencimento ou nas suas raízes em tal lugar. As promessas de tais candidatos são baseadas nos princípios de tais aproximações, ou seja, são promessas que se baseiam em benefícios práticos e materiais como, por exemplo, obras de urbanização e/ou assistência social, as quais funcionam como parâmetro da aproximação para *mediação* (voltaremos neste termo em breve).

Noutro esquema encontra-se candidatos que se apropriam das diferentes esferas da vida social, que os equipara a seus eleitores pelas vias de categoriais profissionais, étnicas, religiosas etc. Diferente do candidato descrito no parágrafo acima, este não se delimita a recortes espaciais, ainda que o objetivo seja o mesmo, de solidificar as relações comunitárias. Nesse caso, o pertencimento está associado às categorias que caracterizam o candidato em comum às características

do grupo a ser representado e não ao lugar onde se destina sua campanha. Estes são os chamados candidatos com votos distribuídos, popularmente conhecidos com “candidatos dos bancários”, “dos evangélicos”, “dos militares”, entre outros. Diferentemente dos candidatos com votos concentrados, em que a representação se baseia em seu pertencimento, de alguma forma, à localidade; nesses casos, os votos possuem maior disparidade e os caminhos para a representação são as experiências de vida parecidas, ocupando cargos semelhantes, ou se tornando voz das necessidades de determinada classe. Como sugere Kuschnir (2000a), as pautas desses giram em torno de conquistas legislativas e benefícios para as classes profissionais ou grupo identitário representados.

Os candidatos que pertencem a tal grupo, possuem uma notoriedade que os possibilita alcançar grande quantidade de votos em diferentes lugares. Segundo Kuschnir (2000a), atrativos como a fama, o sucesso na carreira profissional, as associações e as alianças com políticos de destaque no cenário municipal, estadual e nacional são colocados como destaques da campanha desses políticos. Assim, as campanhas no primeiro caso, dos candidatos de votos concentrados, se resumem a uma aproximação com os eleitores dando ênfase nas relações pessoais. Enquanto que, no segundo caso, de candidato de votos distribuídos, a ênfase se dá na notoriedade do candidato por meio de ações políticas e legislativas. E, como característica em comum, segundo a autora, ambos os tipos de candidatos têm identidade marcada pelo *pertencimento* ao grupo dos eleitores representados.

A autora também destaca outro grupo de candidatos a vereadores no Rio de Janeiro que surgem como candidatos de eleitores pertencentes à Zona Sul e Tijuca. Eles recebem o nome de “vereadores ideológicos”, pois, ao contrário de nomes de bairros, obras já/a serem feitas, esses candidatos levantam bandeiras com palavras de ordem como “ética”, “honestidade”, “justiça”, “cidadania”, etc. Diferente de aproximações diretas, pessoais ou de pertencimento, as campanhas desses candidatos se baseiam em lemas de atributos e valores morais. Como ela destaca:

Esse tipo de campanha se apropria do senso comum da população no tocante à falta de honestidade da classe política e procura reverter a imagem do seu candidato através da apresentação de um perfil de retidão, dignidade e honradez. Como diz um “santinho”, o eleitor deve “separar o joio do trigo” (KUSCHNIR, 2000a, p. 27).

Assim como os candidatos de votos distribuídos, estes também buscam notoriedade para alcance de votos. Entretanto, não a buscam primeiramente em atores políticos consagrados, mas em “pessoas ligadas a atividades não-governamentais”, como os atores e atrizes, cantores e escritores. Mostrando assim, segundo Kuschnir (2000a), que “a estratégia de campanha desses candidatos é justamente a de tentar se diferenciar da classe política, em geral vista com maus olhos pelo eleitor” (p. 27).

Em geral, é importante perceber que, diferente das análises da Ciência Política – que tomam a temática da representação por um viés, muitas das vezes, de escolha e associação individual e, como destaca Palmeira (1992) “voltada para objetivos precisos e previamente definidos” – a Antropologia sugere que a representação se dá como uma construção conjunta do *ser* representado e do *ser* representante. A questão é compreender que não é um jogo simples de escolhas: existe uma atividade política que deseja chamar a atenção do eleitor. E, da mesma forma, existe o eleitor com as inquietações de um *autor* que vislumbra a corrida performática dos eleitores pela representação. Entender a existência de um tempo específico da política é entender que existe dentro dele um tempo para se vincular interesses e mediações, é o tempo de se alocar representações políticas.

Sendo assim, o lugar do simbólico se encontra não somente na crença dos representados, mas também na criação dela por parte dos representantes. De forma que a representação não possa ser vista como uma atividade alheia à toda conjuntura contextual, antes, está intrínseca a ela. Os representantes não são, necessariamente, apenas espelhos das ações dos representados; eles são canais legais de transmissão das vontades dos representados e isto confere a eles o poder de evocar, a partir de suas ações, o lema que o posiciona como candidato, representante e apoderado das vontades dos representados. Não é um jogo de ações individualizadas, antes, é um jogo de ações generalizadas e conjuntas.

No caso levantado por Kuschnir (2000b), os políticos dotados do papel de representantes a nível municipal, são vistos pelos eleitores como pessoas que, ao mesmo tempo, tratam dos casos públicos e particulares. Desta forma, coexistem os valores intrínsecos da vida, das ações e das instituições políticas, não apenas como parte de um jogo substantivo de ações políticas, mas também como a própria associação entre a ação e a ideologia que chamamos de representação política.

4.2 Intermediações: entre os eleitores, os governantes e o estado

Visto que a representação é moldada e, assim como a própria política, possui um momento de impacto elevado e de maior distribuição em diferentes níveis e contextos, é preciso salientar que ela não se finda com o fim das eleições e está sempre impulsionada pelas instituições que movimentam a política, seja como parte de tal movimento, ou como ponte intercessora entre as elucubrações do Estado para a sociedade e vice-versa, ou mesmo entre as instituições que fazem a política nacional. Neste sentido, entender a atuação dos agentes políticos pode nos orientar a compreender a representação para além do tempo específico em que ela recebe maiores destaques.

Marcos Otávio Bezerra, em sua obra *Em nome das "bases": Política, favor e dependência pessoal* (1999), analisa a atuação de parlamentares pela liberação de recursos federais e como funcionam as atividades políticas destes, durante seus mandatos. Não se detém apenas a questões de cunho formais que fazem parte de suas atribuições mandatárias, mas também se dedica a questões particularistas que dizem respeito a seus pares político e seus eleitores, naquilo que o autor chama de *bases eleitorais*. Segundo o autor, o trabalho de captação de recursos, além de seu valor pragmático, também possui um valor simbólico. Pois, representa tanto a "luta" por estar "correndo atrás", quanto o próprio trabalho em si dos parlamentares. De forma que conseguir recursos seja uma ferramenta tanto para enfoque quanto para manutenção do mandato político em eleições futuras. Tais atividades criam um escopo muito bem elaborado de representações em diferentes níveis: nacional, estadual e municipal.

A partir do que foi dito, o autor se atenta às atitudes parlamentares e em como a ideia de representação se choca com o contexto em que ela é elaborada. Neste sentido, a proposta é pensar representação não apenas por uma estrutura estabelecida e dada anteriormente; antes, com olhar antropológico, compreender que assim como as instituições, a representação como uma instituição de mobilização política ganha novos enredos nos diferentes contextos do fazer político nacional. Assim, ao citar Graham (1997), Marcos Otávio Bezerra diz que

As condutas dos parlamentares apontariam, portanto, para uma das possibilidades histórico-culturais de como a instituição da representação política se realiza em termos práticos. A ideia de que as instituições sociais são redefinidas e adquirem novos significados quando inseridas em um

novo contexto histórico-cultural tem sido ressaltada sobretudo por estudos antropológicos. Não me parece que a instituição da representação política, cujas teorias modernas têm origem no século XVIII, esteja livre deste processo. Referindo-se ao Brasil e às eleições do século XIX, R. Graham aponta para a questão da introdução do sistema representativo no Brasil ao observar que “o governo representativo não era uma herança dos tempos coloniais, mas uma exótica ideologia importada; e os princípios democráticos não se ajustavam à estratificada sociedade brasileira, (. . .)” (GRAHAM, 1997, p. 105 *apud* BEZERRA, 1999, p.40).

Em termos antropológicos, entender a representação política é antes uma compreensão do contexto que ela se encontra, assim como qualquer atribuição do fazer etnográfico. Neste caso, entender os processos da representação nas eleições para vereadores no Rio de Janeiro, no trabalho elaborado por Kuschnir (2000a), é entender que, por exemplo, as distribuições sociais, afetivas e econômicas específicas àquela localidade fazem parte do jogo da representação que é elaborado ali. Mais do que um processo teórico conceitual, a representação política nesses casos está altamente ligada à prática da política, de forma que a ação política, em parte, é projetada pela representação, doando significado para ela. E sendo que a ação política é a própria representação, não havendo como desvincular uma da outra.

No que diz respeito às instituições políticas, a representação se torna o aporte de publicidade delas. Como destaca Fuks (2010), no Brasil existe sempre o olhar para as ações individuais em detrimento das ações institucionais e, em última instância, são as ações individuais que moldam a imagem das instituições. Desta forma, é preciso destacar o papel de *intermediação* que Bezerra (1999) nos traz. Segundo esse autor, os parlamentares exercem uma função intermediadora no que diz respeito às relações de suas responsabilidades quanto ao poder legislativo e na construção e consolidação de suas bases políticas. Nesse sentido, o autor destaca que, em geral, os parlamentares vivem em uma linha tênue entre (1) as atividades próprias a eles: àquelas de cunho legislativos e congressuais; e (2) aquelas tidas como parte não obrigatória de suas responsabilidades, mas que eles acabam tomando sobre si: as atividades voltadas para o estado, o município e os eleitores. A primeira é tida como “função primordial” dos parlamentares. Seria, nesse caso, a representação pelas vias constitucionais. A segunda seria parte de um esforço extra para a manutenção da aproximação com seu estado e seus

respectivos eleitores. Segundo Bezerra (1999, p. 42), tais atribuições criam uma “tensão entre a atividade tida como ideal e aquela efetivamente desempenhada”. Ainda nessa linha de pensamento, ele diz:

A origem dessa tensão parece estar na dupla referência à qual o parlamentar encontra-se preso. Por um lado, as atribuições definidas constitucionalmente; por outro, as expectativas relacionadas às suas *bases*. Dito de outro modo, esta situação revela um conflito entre uma definição oficial (poder-se-ia dizer estatal, constitucional) e uma definição prática da representação política. Se no primeiro caso, o papel de legislador é enfatizado; no segundo, é o papel de defensor e mediador dos interesses do estado e de eleitores que sobressai. (BEZERRA, 1999, p. 42)

Sendo assim, é possível observar uma diferença entre os interesses generalizantes e os particularistas que envolvem a representação. Por um lado, as ações dos parlamentares abarcam consigo (1) a ideia generalizante de representar os desejos nacionais em uma amostra de homogeneização das suas ações como representante e, conseqüentemente, do perfil das querências dos representados. Por outro lado, (2) os parlamentares buscam também satisfazer anseios particularistas, quando suas ações dizem respeito a seus estados, municípios ou eleitores. Entendendo isto é possível perceber que a representação, como caráter de *intermediação*, possui um papel que engloba tanto as ações vinculadas aos parâmetros legais, constitucionais e congressuais, quanto às ações de cunho particularistas, específicas e voltadas às *bases eleitorais*. Desta forma, enfatizar a ação destacada no primeiro ponto é colocar em destaque a representação em prol de interesses coletivos. Esta ação traz consigo o peso de atuação ideal, segundo Bezerra (1999). Entretanto, a atuação ideal por meio da política nacional, pode representar um risco para o político local. Uma vez que, ao se propor fazer políticas em um alcance ampliado nacionalmente, o político pode perder sua representatividade local, podendo ser substituído em suas *bases* por um concorrente que esteja disposto a manter tais relações de tipos mais pessoais. Nesse sentido, é possível encontrar nas palavras de Clifford Geertz, ao analisar a política do *Negara*, um maior sentido quando ele diz:

Para ser a representação mestra do poder [ideal político balinês], era também necessário negociar a traficar nele. Contudo, [...] quanto mais alguém se

aproximasse de uma representação imagética do poder, tanto maior era a tendência para se distanciar da maquinaria que o controlava (GEERTZ, 1991, p. 166).

Ao entender isto, é preciso salientar que as proposições que diferenciam o âmbito nacional e municipal/local configuram,

[...] um bom indicador de que a construção de estudos a partir da oposição entre política (ou poder) local e nacional – ora concebidas como esferas autônomas, ora vinculadas por relações de subordinação – impõe limites para o entendimento do que se tem designado seja como política “local”, seja “nacional”. Sem ignorar as especificidades das concepções e práticas políticas presentes nestes planos, cabe observar que as articulações existentes entre políticos neles situados são uma variável significativa para a compreensão do que a política mobiliza tanto nos municípios (Banck 1998) quanto no âmbito nacional (Bezerra 1999). Com efeito, focalizar a natureza destes vínculos, o modo como são constituídos e rompidos, as expectativas que lhes estão associadas e as situações nas quais são mobilizados podem contribuir para a análise das ações e relações que conformam o fenômeno político e a forma como se objetivam nos diferentes planos (PALMEIRA; BARREIRA *et al.*, 2004, p. 181)

Portanto, por meio destas análises, é possível perceber que a representação política, como destacado aqui anteriormente, pode ser tida como parte da ação dos políticos tanto em níveis locais, quanto em níveis nacionais. Mais do que uma forma de abrangência das ações políticas, ela pode ser fomentada ou diminuída. Ou seja, a representação, nos trabalhos analisados aqui, não apenas é sinônimo das ações dos representantes; mas, em alguns casos, é a própria ação dos representantes. De forma que não é um paradigma estático de análise, podendo-se mover e ganhar novas formas e associações, seja por meio das assistências dadas pelos candidatos ao cargo de vereador ou vereadora, ou pela *intermediação* como parte dos aspectos de governar em instâncias nacionais. Sendo esta uma diferenciação tácita no que diz respeito às análises da Teoria e Ciência Política, aqui temos a representação como aporte de laços sociais, dependência e outras tantas relações pessoais. O exercício desta forma de representação é um traço essencial tanto da criação quanto da manutenção do poder político.

5. CONCLUSÃO

Os argumentos das últimas duas seções podem ser resumidos da seguinte maneira: a representação é criada como aporte das campanhas eleitorais a partir de diferentes contextos sociais, econômicos e culturais, sendo constituída e moldada por tais características a partir dos interesses distribuídos por parte dos eleitores. Desta forma, ela pode ser mantida e ganhar um escopo de ação de ampliação nacional, criando novos esquemas de representação, não necessariamente atribuída das relações pessoais para se estabelecer, mas, podendo-se configurar em relações partidárias ou institucionais, sendo destacado, em ambos os casos, a relação entre a vida particular e as atividades públicas, em um esquema em que ambas dizem sobre a representação. Portanto, aqui podemos perceber como é formulada a análise da política na Antropologia da Política, em outras palavras,

[...] a política, aqui concebida como ação simbólica, não é analisada como um campo autónomo, mas nas suas articulações com as práticas e crenças mais amplas. As campanhas são tratadas como ritos de representação política nas quais se pode observar o modo como são construídas as candidaturas, os símbolos e valores relativos à representação política. Elas revelam os atributos tidos como positivos de um candidato, ou o modo como uma sociedade concebe as hierarquias sociais e transferências de responsabilidades. A dimensão espacial das campanhas é também objeto de atenção particular. Caminhadas, comícios e festas são eventos através dos quais se observa como a política constrói a sua legitimidade na esfera pública. A dramatização de emoções e sentimentos (choro, medo, sensibilidade, agressividade, descontrole, etc.) durante as campanhas é também examinada por I. Barreira (in Teixeira e Chaves, 2004) a partir da constatação de que os sentimentos participam da construção do clima de campanha e do espaço de competição entre os candidatos. A mobilização dos sentimentos é associada às estratégias dos candidatos de apropriação e difusão de valores e à construção de seus perfis. (COMERFORD; BEZERRA, 2013, p. 471)

As análises da Antropologia, no que diz respeito à política, são geralmente caracterizadas pelos aspectos relacionais entre temas e conceitos e, no que tange à representação política, isso não é diferente — o que nos foi apresentado

nas leituras de Kuschnir (2000a; 2000b) e Bezerra (1999). Aparentemente, como forma de atribuir valores etnográficos às análises das esferas políticas, as noções de movimento e instabilidade são postas em relação com as noções de burocracia. De forma que a política possa ser vista como um objeto de análise atribuído de subjetividade. O que, de um todo, não se constitui como apenas um escape metodológico; antes, é verdade que compreender a política é notar nas ações das pessoas que fazem a política os parâmetros para se entender as suas estruturas e sistemas.

Por outro lado, ao partir do pressuposto que há um desafio metodológico para os antropólogos que decidem estudar a política ou o Estado – tendo em vista que a tradição da disciplina está ancorada, sobretudo, nos estudos de populações tribais –, existe sempre o risco da aplicação indiscriminada dos conceitos e métodos usuais nas sociedades tradicionais nas análises de objetos considerados concretos como a política, as instituições e o Estado (PEIRANO, 2006). Longe de cometer tal equívoco, a própria separação entre as sociedades tradicionais e as ditas sociedades complexas, portadoras dos Estados-nações modernos, pressupõe uma abordagem diferente. Porém, diferente da abordagem que a Sociologia, a Ciência ou a Teoria Política se dispõem a fazer, a Antropologia tem sempre seu ponto de partida baseado nas categorias que os membros de tais sociedades ordenam suas concepções e experiências.

No caso da representação política, entendê-la para além de uma parte de uma estrutura complexa de relações, pode nos dar um norte da possível interpretação antropológica em torno do tema. Como a própria forma de análise pretendida pela Antropologia *da* Política formulada a partir do final do século XX presume, predispor da etnografia e da comparação pode permitir perceber as complexidades que uma sociedade possui, os recortes de domínios, classificações, as discontinuidades e a compreensão do que é delimitado como pertinente à política (COMERFORD; BEZERRA, 2013). Nesse caso, o papel ativo dos representantes nos trabalhos aqui analisados nos permite perceber que a questão que gere as análises que tratam do tema não é necessariamente sobre *o que é* a representação dentro de um sistema representativo; antes, quais são as atividades que os representantes tomam que nos possibilita chamar de representações e o que é representação tanto para eles quanto para os representados.

A partir disto, o desenrolar da compreensão do conceito parece mesmo ficar esclarecido nas relações com temas mais usuais da área. Desta maneira,

concepções como a mediação, a associação, a aliança e a ação política parecem tomar posse da representação como aporte de legitimidade de toda a atividade política. De igual forma, se propõe a produzir o papel dos representantes em suas ações de escolha, voto, participação e apoio.

Por fim, a representação política nas análises da Antropologia da Política não se mostra como uma formação estática e de fácil compreensão. Portanto, a abordagem do tema parece indicar a possibilidade de diversas abordagens diferentes em diferentes contextos. Desde a forma como ela é manuseada nas instâncias municipais, estaduais e nacionais, até como ela é desenvolvida em diferentes contextos das experiências em grupos sociais coesos. Ainda que a representação apareça sempre ancorada como um recurso de poder (PEIRANO, 1998), ela é tida com um papel relacional e não estático de análise na Antropologia da Política.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Irllys Alencar Firmino. **A política de perto: recortes etnográficos de campanhas eleitorais**. São Paulo: Novos Estudos, n.74, mar., 2006.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CARVALHO, Jéssica Mayara de Melo. **Revisitando o conceito de Representação política em Hanna Pitkin**. Guarulhos, 2015.

CHAVES, Christine de Alencar. **Eleições em Burity: a pessoa política**. Brasília: Séries Antropológicas, 1996.

COMERFORD, John Cunha; BEZERRA, Marcos Otávio. **Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política**. Lisboa, Portugal: Análise Social, n. 207, 2013. p. 465-489.

DURKHEIM, Émile. **La science sociale et l'action**. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

DURKHEIM, Émile. Representações individuais e representações sociais. In: _____. **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Ícone, 1994. p. 9-54.

FUKS, Mário. **Más notícias: a cobertura do jornal Estado de Minas e a imagem pública da assembleia legislativa de Minas Gerais (1999-2003)**. Rev. Sociologia política [online]. 2010, vol. 18, n. 36, p. 257-276. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/16.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2017.

GEERTZ, Clifford. **Negara. O Estado teatro no século XIX**. Lisboa: Difel, 1991.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de Um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representações no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000a.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000b.

LAVALLE, Adrian Gurza; VERA, Ernesto Isunza. **A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability**. São Paulo: Lua Nova, n. 84, 2011. p. 353-364.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MANIN, Bernard. **As Metamorfoses do governo representativo**. 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm> Acesso em 04 de jun. 2017.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. **Eleições e representação**. São Paulo: Lua Nova, n. 67, 2006. p. 105-138. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a05n67.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2017.

PALMEIRA, Moacir. **“Voto: racionalidade ou significado?”** Revista Brasileira de

Ciências Sociais, 1992.

PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César et al. (orgs.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2010.

PEIRANO, Mariza. **Uma antropologia da Política: rituais, representações e violência**. Rio de Janeiro: Cadernos do NuAP1, 1998.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The Concept of Representation**. Berkeley, CA, Los Angeles, CA and London: University of California Press, 1972.

PITKIN, Hanna Fenichel. **Representação: palavras, instituições e ideias**. São Paulo: Lua Nova, 2006.

TEIXEIRA, Carla Costa; CHAVES, Christine de Alencar. **Espaços e tempos da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.